

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XIX

DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657_19_14](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_19_14)

ISSN: 0084-9189



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1980

RECENSÃO

José Maria SOLANA SAINZ, *Autrigonia Romana, Zona de contacto Castilla-Vasconia*, Departamento de Historia Antigua. Universidad de Valladolid, Valladolid 1978, 495 págs., mapas e 81 fotos.

Tese de doutoramento em 1974 e só publicada em 1978, *Autrigonia Romana* apresenta-se como ^{uma}~~uma~~ obra polémica, afirmativa: usando novos métodos e compilando todos os materiais arqueológicos disponíveis (muitos

Conimbriga, 19 (1980), ~~173-207~~ 196-198

deles inéditos) (p. 14); re-estudando dados escassos até então alinhados sem carácter científico; criticando asperamente A. Abásolo (p. 115, 144-5, por exemplo); estudando «em condições» (p. 171) uma onomástica cujos «dados ricos» noutras ocasiões se depreciaram «ao fazer da epigrafia um mero catálogo».

O volume é efectivamente extenso e abarca todos os domínios, como se pode ver pela síntese do seu conteúdo: o cap. I estuda os nomes e os topónimos de *Autrigonia* romana, bem como os seus limites geográficos. O cap. II debruça-se sobre a geografia física. Um estudo linguístico, baseado nos dados epigráficos, ocupa o extenso cap. III (p. 93-230). A reconstrução da rede viária romana é tentada no cap. IV, para se analisarem, nos dois capítulos seguintes, a toponímia de influência romana e as manchas de povoamento no período hispano-romano. Termina a obra pelos índices (antropotopónimo e geral), mapas e fotografias.

Os quatro anos que mediam entre a feitura do trabalho e a sua publicação decerto contribuíram para que se tornassem menos novos e menos acutilantes os métodos apontados. Porque se era novidade então uma perspectiva de história global, em que todos os dados disponíveis são tidos em consideração, o mesmo já não aconteceria em 1978. E com respeito a métodos, por mais inovadores que sejam, eles hão-de basear-se numa análise cuidada, inteligente, sem conclusões precipitadas. Assim, por exemplo, se ao tentar um esboço demográfico, o autor expõe bem (p. 129-131) as dificuldades das estatísticas, o certo é que acaba por dar percentagens da população, por afirmar que a maior mortalidade se situa entre os 20 e os 30 anos, apresentando gráficos e quadros de 16 (dezasseis) inscrições, datáveis dos séculos I-V (p. 134-141).

Ao focar a *antroponímia*, não nos parece ter razão de ser a separação masculino / feminino, com comentários e bibliografia distintos. Um antropónimo como *Ambada* deve ser estudado juntamente com *Ambatus* — para uma distribuição onomástica, o género não importa. Por outro lado, há que distinguir bem um *praenomen* (mesmo por extenso) dum gentilício; afirmar que *Publius* é um antropónimo «escassament^o representado na Península» (quatro exemplos) (pág. 165) torna-se problemático; o mesmo se diga em relação a *Caius* (p. 161), *Lucius* (p. 163) e *Marcus* (p. 164); deste último se diz que, no CIL II, há treze exemplos: como *nomen*? Em terceiro lugar, teremos que rever noções como «frequente», «muito frequente», que — embora subjectivas—começam a ganhar foros de objectividade: se de *Aufidius* há 16 exemplos na Península poder-se-á dizer que este *nomen* é «frequente» (p. 161)? Se, no CIL II, há 14 (catorze) exemplos de *Lucius*, este antropónimo é «muito frequente» (p. 163)? Aliás, apesar das cautelas a ter, as *Inscripciones Latinas de la España Romana*, de José Vives (Barcelona, 1971, 1972), são de citação obrigatória neste domínio da ocorrência de antropónimos.

Os textos epigráficos constituem parte importante da tese. De cada um, Solana Sainz refere: local de achado, material, dimensões, campo epigráfico, transcrição, interpretação, tradução e bibliografia, com alguns pormenores

em nota. Não se alude a variantes de leitura, não se remete para a foto eventualmente incluída no final do volume, não se fazem comentários paleográficos ou históricos — a antroponímia é analisada depois, por ordem alfabética. Os textos são apresentados por províncias e ordem alfabética do local de achado; mas para os da mesma proveniência não se vislumbra um critério de arrumação.

Não sendo possível um rastreio completo de pontos discutíveis — que, aliás, só o frequente manuseamento permite detectar — apontamos alguns:

— Na inscrição 9b Q. não é necessariamente desdobrável em Q(*uirina*), pode ser Q(*uinti filio*), o que vem alterar o teor dalguns comentários (p. 170);

— o n.º 20 (p. 105) *annorum VII S*, S significa *semis*: o defunto tinha sete anos e meio;

— o n.º 22 é mesmo de identificar com o 15;

— n.º 63: a bibliografia é indicada duas vezes;

— n.º 69 (p. 179): o texto é dedicado a I.O.M. CONS(er^vatori);

— n.º 70 preferimos *EXS VOTO* (*exs* por *ex*) em vez de *ex s(uscepto)*

voto;

— no domínio da toponímia (cap. V), há que proceder com prudência: se Aguilar provém de «*aquila*» (p. 363), poderá isto significar «uma profunda romanização» (p. 388)?

— não apresenta o Autor a bibliografia à parte, o que dificulta a pesquisa. Livros deste género são, cada vez mais, obras de consulta e não de leitura seguida, de sorte que se numa nota se encontra apenas a referência «Forcellini», pode gastar-se muito tempo (como nos aconteceu) para descobrir, bastantes páginas antes, qual a obra de Forcellini a que a nota se reportava.

Nas conclusões (p. 463-482), Solana Sainz resume os dados obtidos em cada capítulo, focando a história da Autrigónia desde a vinda dos centro-europeus *Autrigones* até ao Baixo Império inclusive, concluindo que se assistiu à sua paulatina romanização a partir dos começos de séc. I da nossa era, mais acentuada nos séc. II e III, com maior intensidade na região da Bureba, embora as sobrevivências indígenas se tenham mantido fortemente.

Pelo seu carácter global, e pelo acervo de informações que contém, «Autrigónia Romana» constitui elemento de consulta obrigatória para quem se queira debruçar sobre a história desta região do Norte peninsular.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO